

**HABEAS CORPUS Nº 515.319 - PR (2019/0167771-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
PAULA GREIN DEL SANTORO - PR058146  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : VINICIUS BEZERRA DOS SANTOS (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de VINICIUS BEZERRA DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Agravado em Execução n. 0007316-16.2016.8.16.0056).

Extraí-se dos autos que o Juízo das Execuções deferiu a unificação das penas dos autos ns. 0034061-26.2017.8.16.0014 e 0039934-09.2017.8.16.0014, em razão da continuidade delitiva e majorou a pena mais grave em 1/2.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução perante o Tribunal de origem, o qual negou provimento ao recurso, nos termos do acórdão que restou assim ementado (fl. 24):

*AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - DECISÃO QUE DEFERIU O PEDIDO DO APENADO E RECONHECEU A CONTINUIDADE DELITIVA, COM APLICAÇÃO DA FRAÇÃO DE 1/2 DE AUMENTO - PLEITO DE REDUÇÃO DO AUMENTO PARA A FRAÇÃO DE 1/6 - IMPOSSIBILIDADE - CONTINUIDADE DELITIVA ESPECÍFICA - CP, ART. 71, PARÁGRAFO ÚNICO - PRECEDENTE DO STJ - DECISÃO MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO -*

No presente *mandamus*, alega que o aumento pelo reconhecimento da continuidade delitiva deve ser aplicado na razão de 1/6, segundo o entendimento jurisprudencial.

Requer, assim, em liminar e no mérito, o aumento de 1/6 pela continuidade delitiva.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo

Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de execuções a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator